

---

# Regularização neoliberal Subordinada e Acumulação Integral na Argentina

---

Lisandro Braga\*

A crise capitalista da década de 1960-1970 exigiu a construção de um novo regime de acumulação que tornasse possível os propósitos fundamentais do capitalismo internacional: a reprodução ampliada de capital, por meio da acumulação integral. Para isso, foi necessário reestruturar a produção de capital, ou seja, de mais-valor, em escala global. Isto significa dizer que tanto o capitalismo imperialista, quanto o capitalismo subordinado necessitava passar por profundas mudanças nas suas instâncias produtoras (reorganização das relações de trabalho), regularizadoras/formas sociais (Estado, instituições estatais e privadas, normas legais, sociabilidade, ideologias etc.) e nas suas relações de exploração internacionais (neoimperialismo)<sup>1</sup>.

Apesar do regime de acumulação integral se consolidar na década de 1990 na Argentina, a transição para esse regime de acumulação inicia-se na década de 1970 com a instalação da ditadura (1976-1983). Não restam dúvidas que a ditadura, em nome da classe dominante internacional e de determinadas frações da classe dominante local e suas respectivas classes auxiliares, engendrou um novo regime de acumulação de capital, no qual suas características fundamentais se apresentariam nitidamente após a década de 1990. O objetivo fundamental do regime ditatorial era promover maior abertura econômica, combater a permanente intervenção estatal na economia e, essencialmente, eliminar os quadros mais combativos do proletariado e do sindicalismo argentino. E para atingir seu objetivo essencial, sua forma estatal “coincidiu” com o

---

\* Professor da Universidade Federal do Paraná; Doutor em Sociologia pela UFG (Universidade Federal de Goiás).

<sup>1</sup> Cf. VIANA (2003, 2009).

estado autoritário policial, previsto pelos ideólogos do trilateralismo (HINKELAMMERT, 1979).

O terrorismo estatal burguês e suas investidas violentas contra o proletariado argentino (assim como contra outras classes sociais contestadoras) possui uma longa história, a história da luta de classes no capitalismo argentino, na qual a última ditadura burguesa (1976-1983) expressa uma fase da repressão burguesa mais complexa, mais sistematizada e nitidamente voltada contra os responsáveis diretos por dificultarem a expansão da exploração capitalista na Argentina, quer dizer contra o proletariado e suas organizações. Dessa maneira, a ditadura deve ser encarada como um projeto burguês, empenhado em construir as bases para a instalação de um novo regime de acumulação, em um contexto dependente de um terreno livre da resistência proletária, para assim efetivar sua razão de ser: a acumulação integral, que equivale a uma maior extração de mais-valor relativo e absoluto em escala mundial (VIANA, 2009).

O desenvolvimento do capitalismo argentino, desde seu regime de acumulação primitivo (1850-1880) até o regime de acumulação integral, como veremos nesse trabalho, veio acompanhado de um rastro de violência institucional praticada por um estado com contornos nitidamente policial/militar. O que se constata, portanto, é que a cada regime de acumulação o capitalismo argentino contou com um aparato repressivo estatal violentíssimo para impor a exploração capitalista do trabalho, isto é, formas de valorização/exploração do capital adequadas a cada um deles<sup>2</sup>. Recuperaremos brevemente um pouco dessa história, com vistas à compreensão de como o disciplinamento da força de trabalho necessário à acumulação integral contou, na sua fase de transição, com uma repressão estatal fundamentada no aniquilamento sistemático dos setores mais radicais do proletariado.

As análises de Daniel Cieza (2009; 2015) nos revelam o caráter burguês<sup>3</sup> do último golpe militar ao apontar as lutas operárias do período prévio ao golpe, como sua essência motivadora. Segundo ele,

---

<sup>2</sup> Para um maior detalhamento desse histórico de violência estatal regularizadora da acumulação capitalista na Argentina Cf. (CIEZA, 2009; 2015).

<sup>3</sup> Segundo Cieza, “é possível assinalar que muitas direções de empresas colaboraram com operativos das forças de segurança a partir de março de 1976, fornecendo informações, cedendo instalações e veículos, e cooperando na logística de sequestros e assassinatos de ativistas sindicais” (2015, p. 08). A Mercedes Benz, por exemplo, “doava 1% de seus lucros para financiar o terrorismo de estado e doou um aparato de neonatologia à “maternidade” que havia se instalado no quartel para que as detidas dessem a luz à seus filhos que logo depois seriam apropriados. Por sua parte, na Ford funcionou um centro de detenção clandestino dentro da própria fábrica, localizado na área de lazer e no centro de esporte da empresa.

nossa hipótese mais geral é que algumas das grandes violações de direitos humanos se vinculam a necessidades da expansão ou o ajuste do sistema capitalista e de seus processos de trabalho. Um dos alvos da última ditadura foi a “guerrilha de fábrica”. Foi necessário o extermínio da “subversão industrial” para estabelecer o ajuste neoliberal desde meados dos anos 70 e a consequência direta foi não menos que 15.000 trabalhadores detidos/desaparecidos, a metade das vítimas (CIEZA, 2009, p. 67).

Seguindo tais análises, entre os meados de 1973 aos meados de 1975 ocorreram diversas lutas operárias em torno das disputas salariais, que somadas atingiram o número de aproximadamente mil greves. Os conflitos tinham como pano de fundo principal a exigência operária de democratização das estruturas sindicais, a defesa dos convênios coletivos, a resistência contrária à implantação de relações de trabalho marcadas pela intensificação do ritmo da produção etc. No interior desse cenário, destacavam-se as lutas ocorridas em grandes plantas industriais estatais e privadas, tais como as indústrias automobilísticas, as empresas siderúrgicas, os engenhos de açúcar, os grandes estaleiros e outras indústrias estatais de grande envergadura.

Nesse contexto, a repressão estatal contra o movimento operário argentino pode ser dividida em três fases. Entre os anos de 1973 e 1974 ocorrem diversos atentados contra dirigentes sindicais promovidos por grupos paraestatais como os *Três A*, *O Comando do Norte* e outros. Logo após a morte de Perón a intensidade da repressão amplia-se e, na segunda metade de 1974, ocorrem diversos assassinatos em Tucumán e Córdoba. A segunda fase da repressão, entre 1974 e início de 1975, é marcada por uma crescente intensificação da repressão paraestatal e o desenvolvimento de alguns operativos conjuntos sob a direção do exército, tais como o *Operativo Independencia* em Tucumán e o *Operativo Serpiente Roja* em Villa Constitución, Santa Fé. É nesse último operativo que se elabora a doutrina da “subversão industrial”<sup>4</sup> e instala-se os primeiros centros de detenção clandestinos. A terceira fase da repressão se inicia em 24 de março de 1976 e é marcada pelos sequestros massivos de operários nas portas das fábricas. A partir dessa data, a repressão tende a tornar-se sistemática (CIEZA, 2015).

---

Desde aí se levou adiante o sequestro e a tortura de 25 delegados gremiais” (GINIGER e WINTER, apud NEWMAN, 2014, p. 158).

<sup>4</sup> “Durante o último processo de Terrorismo de estado e especialmente nos meses prévios ao golpe cívico-militar de 24 de Março de 1976 se deu uma forte campanha de estigmatização do movimento de protesto dos trabalhadores, ao que se qualificou como “subversão industrial” ou “guerrilha de fábrica”. Esta campanha midiática reiterou processos de estigmatização que já se haviam dado em outras etapas da história social e teve como objetivo preparar as condições para eliminar uma geração de ativistas sindicais. Isto pode ser verificado analisando as cem maiores empresas do país e o número de vítimas que tiveram como lugar de trabalho ditas empresas” (CIEZA, 2012, p. 01).

O período no qual o golpe militar passa a ser articulado equivale, no contexto internacional, ao período de crise do regime de acumulação conjugado, no final da década de 60 e início da década de 70, que obrigava as nações neoimperialistas a buscarem soluções para a crise de acumulação, tanto nacionalmente, quanto internacionalmente. Na Argentina, a ditadura apresentou-se como solução para as lutas entre frações da burguesia (nacional, internacional e agrária) contra os governos peronistas e, principalmente, contra o movimento operário que constantemente dificultava as tentativas de ampliar ainda mais a extração de mais-valor, assim como dificultava sua transferência de um setor produtivo para outros (SIDICARO, 2010). Nesse sentido, a ditadura burguesa teve como beneficiários

os grandes grupos econômicos ou holdings de capital nacional, cujas áreas de influência se expandiram em diferentes âmbitos, combinando as vantagens que lhes davam sua aproximação com os centros de decisões oficiais e a disposição de informação que, na desorganização reinante, era um recurso importante para obter lucros especulativos. A abertura da economia produziu a incorporação ao país dos capitais financeiros internacionais, cuja presença havia sido desestimulada nos três anos do segundo peronismo, o que, dada a situação mundial de excepcional liquidez, se mostraram dispostos não só a conceder empréstimos, senão a promover níveis desnecessários de endividamento externo [...] os grupos econômicos nacionais também conseguiram empréstimos externos, e quando entrou em crise o sistema lasso de endividamento internacional, no início da década de 80, idealizaram junto com o Estado um mecanismo para nacionalizar suas dívidas que, em não poucos casos, eram autoempréstimos. O poder econômico dos atores socioeconômicos predominantes se incrementou durante a ditadura, ao mesmo tempo em que à crise das capacidades estatais em ordem política, burocrática e técnica se somavam as consequências da dívida externa, cujos serviços absorviam uma parte considerável dos recursos fiscais. Com a dívida, multiplicada por sete durante a ditadura, se agregaram na qualidade de interlocutores permanentes das relações políticas domésticas os organismos financeiros internacionais, principalmente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (SIDICARO, 2010, p. 157-158).

O final da década de 1960 e início da década de 1970 são caracterizados, em diversos países do mundo, pela emergência de lutas sociais radicais. Na Argentina isso não foi diferente visto que as primeiras tentativas de reestruturação da produção capitalista, em princípios da década de 1970, esbarraram em um movimento operário com elevado nível de organização, combatividade e resistência. É contra esse movimento operário combativo, e que impôs grandes barreiras ao avanço da reestruturação produtiva na Argentina, que frações da burguesia se aliaram às forças armadas para planejar a destruição de seu verdadeiro inimigo de classe. Portanto, o golpe militar de 1976 representou um duro golpe no proletariado, com o objetivo de

abrir às portas para um novo regime de acumulação, que objetivava fundamentalmente promover a acumulação integral de capital.

Com a instalação do regime militar em 1976, inicia-se o processo de esfacelamento do movimento operário e, por conseguinte, de fortalecimento do poder da burguesia nacional e internacional, acompanhado da desintegração das ferramentas de pressão sindical, da desindustrialização, da precarização do trabalho, da intensa lumpemproletarização, de uma maior exploração da força de trabalho etc. Tal processo se consolidará com as reformas estruturais neoliberais da década de 1990, realizadas com o fito de tornar regular o regime de acumulação integral. A partir de agora, voltaremos nossa análise a esse processo de regularização neoliberal, ocorrido durante a hegemonia menemista – 1989/2001 (BONNET, 2008).

O estado neoliberal busca fundamentalmente tornar regular as relações sociais exigidas pelo regime de acumulação integral, e para isso toma uma série de medidas: as medidas de regularização neoliberal. A maneira como tais medidas foram tomadas tornou a Argentina uma espécie de *aluno exemplar* do neoliberalismo, pois sua eficácia foi extraordinária no que se trata de: imensas privatizações acompanhadas de demissão em massa, destruição da produção industrial nacional, abandono estatal absoluto das políticas sociais, estatização das dívidas empresariais privadas, liberdades econômicas irrestritas para o capital internacional e frações do capital nacional, concentração e centralização extraordinária de capital, intenso processo de lumpemproletarização, retirada de direitos sociais, aprovação de leis e medidas de precarização e intensificação do trabalho, mais-violência no trabalho (doenças físicas e psíquicas) regularização do subemprego e do trabalho precário, controle social e militarização dos bairros pobres, criminalização da pobreza e da contestação social, repressão estatal semifascista etc..

A obra *La hegemonía menemista – el neoconservadorismo en Argentina, 1989-2001* de Alberto Bonnet, nos oferece uma radiografia completa de todo esse processo de regularização neoliberal ocorrido no país, e por isso consistirá em nossa principal orientação sobre o tema. Se, como o próprio autor afirma, tal obra propõe uma busca pelos rastros desse *centauro*<sup>5</sup> – o estado neoliberal –, para nós trata-se de seguir os

---

<sup>5</sup> Para Bonnet, “de fato, os esboços dessa besta não sugerem uma representação como aquelas dos realistas centauros neoclássicos (com cabeça e meio dorso humanos superpostos mecanicamente a outro meio dorso e extremidades equinas) nem dos excessivos centauros românticos (com cabelos ao vento, que não chegam a ser crinas). Os esboços dessa besta parecem exigir uma representação mais ambígua – e mais monstruosa. Os monstros góticos de Hieronimus Bosch talvez sejam mais adequados. Porém mais adequados ainda são os monstros sonhados por Picasso nos anos trinta, como esse minotauro que acaso tenha de touro sua cabeça e de homem seu corpo, ou acaso seja um touro envolto nas translúcidas

rastros deixados por Bonnet em sua busca, pois suas reflexões serão de importância fundamental para a reconstrução de todo esse processo em nosso trabalho. Portanto, vejamos como toda essa regularização ocorreu.

A velha conhecida transferência de empresas estatais<sup>6</sup> para as mãos da burguesia, com o intuito de prover o capital de melhores condições de expropriação de mais-valor através de uma maior exploração do trabalho, quanto da renda através do aumento das tarifas dos serviços ofertados, do cancelamento da oferta de diversos serviços gratuitos e de subsídios encabeçou a *regularização estatal* da acumulação integral argentina. Entre os anos de 1990 e 1993, as privatizações e concessões ocorreram de uma maneira e velocidade tão magnífica que, com exceção de algumas regiões do leste europeu, careceu de precedentes em escala mundial. E vejam que quem nos informa acerca de tal magnitude e precedentes é um dos seus próprios agentes internacionais, o Banco Mundial: “o programa de privatizações da Argentina iniciado em 1989 foi único em seu alcance [...] já que incluiu todas as empresas importantes, e em seu ritmo, posto que foi realizado essencialmente em quatro anos” (BANCO MUNDIAL apud BONNET, 2008, p. 20). É nesse sentido que o processo de privatização se apresenta como peça-chave<sup>7</sup> da ofensiva capitalista contemporânea, pois

a classe capitalista em conjunto, por sua parte, incrementou suas rendas através da privatização. A elevada rentabilidade das empresas privatizadas, superior a das empresas que operavam em outros setores da economia doméstica e a obtida por empresas do mesmo setor em escala mundial, recompôs a rentabilidade do conjunto do capital. Para perceber a importância desse mecanismo basta em atentar ao fato de que, desde a culminação das principais privatizações (em 1993) até o final da década (2000), as 200 maiores empresas domésticas geraram lucros (calculados como rentabilidade sobre vendas) de 28.400 milhões de dólares, dos quais os lucros de 26 empresas privatizadas incluídas entre essas foram oito vezes maiores que os obtidos pelas não vinculadas às privatizações e representaram uns 16.000 milhões de dólares, e, uns 57% dos lucros totais dessa cúpula. E a maioria dos grandes capitais se beneficiaram com essa alta rentabilidade gerada pelas empresas privatizadas. Para perceber basta, por sua parte, levar em conta a generalizada participação das principais corporações nas privatizações. De Pérez Companc em concessões vias, geração, transporte, telecomunicações, ferroviárias. De Technint em concessões vias, geração e distribuição de eletricidade, transporte de gás, petróleo, ferrovias, telecomunicações e siderurgia. De Astra- Repsol em distribuição de eletricidade e gás e em petróleo. De Roggio em concessões vias, petróleo, subterrâneos e ferrovias. Del CEI-Citicorp Holdings em geração e distribuição elétrica, distribuição e

---

pele de um homem, ou vice-versa; esse touro sedutor e lascivo, esse homem assassino e sanguinário, essa besta feroz porém cega que avança conduzida por uma criança até uma morte certa” (BONNET, 2008, p. 270). Aqui, assim como na obra de Wacquant (2003), o termo Centauro aponta para a característica autoritária, brutal e penal do estado neoliberal no momento de lidar com as consequências da acumulação integral para as classes desprivilegiadas e suas ações de contestação a tais consequências.

<sup>6</sup> Para maiores informações sobre tais transferências em outros países, em décadas anteriores Cf. (HARVEY, 2008; 2011).

<sup>7</sup> Cf. (AZPIAZU e SCHÖRR, 2001; AZPIAZU e BASUALDO, 2004).

transporte de gás, telecomunicações e siderurgia. De Loma Negra em distribuição de eletricidade e gás e ferrovias. De Macri em concessões vias, distribuição de gás e petróleo. De Soldati em geração e transporte de eletricidade, distribuição e transporte de gás, petróleo, telecomunicações, água e esgoto, ferrovias (BONNET, 2008, p. 23).

Com o intuito de promover a acumulação ampliada de capital (maior extração de mais-valor), toda uma série de regularização estatal deveria ocorrer e de fato diversas medidas foram tomadas com esse intuito fundamental. Dentre elas devemos destacar um conjunto de outras regularizações estatais com vistas à extinção de diversas conquistas sociais trabalhistas. Essa foi outra frente da ofensiva capitalista ao trabalho que merece destaque.

Almejando ordenar e simplificar o *território do centauro*, Bonnet (2008) distingue as *medidas* que influi diretamente no aumento da exploração do trabalho (formas de valorização) das medidas que apontam para o debilitamento da capacidade de pressão e negociação dos sindicatos e das medidas que tem como objetivo converter antigas conquistas trabalhistas em novas possibilidades de promover lucros aos capitalistas ou simplesmente extingui-las.

O primeiro conjunto de medidas foi construído para promover um duro ataque às remunerações e condições de trabalho da classe operária e de outras classes exploradas. No primeiro momento do processo de racionalização e privatização de diversos serviços públicos, passou-se a estabelecer um teto para os funcionários do estado, de acordo com os decretos 435 e 612/1990. A partir do estabelecimento da convertibilidade monetária (equiparação da moeda argentina ao dólar) os aumentos salariais do setor privado ficaram condicionados ao aumento da produtividade, enquanto os salários congelados do setor público foram praticamente dizimados pelos sucessivos estrangulamentos (cinicamente denominado de ajustes) ocorridos no final da década de 1990:

o decreto 430/00, que reduziu o salário do setor público em uns 10% nos soldos superiores a \$1.000 e 15% nos superiores a \$6.500, e o decreto 896/01 e a Lei de Déficit Zero 25.453/01, que substituíram ditos descontos por um de 13% [...] Instaurou-se assim mesmo uma sorte de sistema de pagamento em espécie, quer dizer, de pagamento de uma parte dos salários em vales de compras e vale-refeição [...] ou em serviços (assistência médica, creches, refeição, seguros [...]) porção que não acumulava encargos sociais. Se habilitaram por fim modalidades de pagamento em cotas [...]. Os decretos 770 e 771/96 suspenderam aliás os pagamentos de abonos familiares (por esposa, filhos, escolaridade etc.) para os soldos superiores a \$1500. E desde o decreto 2609/93, que reduz as contribuições patronais entre uns 30 e uns 80% a partir de janeiro de 1994 na produção primária, na indústria, na construção, no turismo, na investigação, iniciou-se uma progressiva diminuição das contribuições patronais ao seguro social, que ascenderia por cima dos 4 milhões de dólares anuais durante a segunda metade da década (BONNET, 2008, p. 24).

As relações de trabalho regularizadas pelo estado neoliberal argentino são fundamentalmente marcadas pela imposição do trabalho precário. Na Argentina, a partir da Lei Nacional de Emprego (24013/91), promove-se a expansão de inúmeras modalidades contratuais precarizadoras das condições de trabalho. Entre essas podemos encontrar *contratos de trabalho por tempo indeterminado*, variando entre o período de 06 meses a 02 anos, que permite aos patrões demitir a qualquer momento sem direito a pagar qualquer tipo de indenização. Outra modalidade de *contrato-lixo* (como ficaram conhecidos os contratos precarizados) emerge através de diversos decretos, tal como o decreto 340/92 que estabelece estágios para estudantes maiores de 16 anos que poderiam trabalhar até 04 anos em uma mesma empresa, sem que isso caracterizasse uma relação trabalhista e, portanto não exigia pagamentos em salários, mas, tão somente, o reembolso dos custos que o estagiário teve para trabalhar (alimentação, passagem etc.). Esse sistema de estágios se expandiu, assim como o tempo de vigência dos mesmos, e converteu-se em um dos principais mecanismos regularizadores da superexploração do trabalho de milhões de jovens, sob a iminência da marginalização da divisão social do trabalho.

Outra modalidade regularizadora do trabalho precário foi estabelecida pela *Lei de Flexibilização Laboral para Pequenas e Médias Empresas*, no início da década de 1990. O regime de trabalho estabelecido por tal lei foi marcado por uma imensa redução de indenizações e do tempo de pré-aviso de demissão, pela possibilidade de concessão de férias a qualquer momento, pela concessão de descanso semanal em qualquer dia da semana, pela extensão da jornada de trabalho até 12 horas, sem direito a receber hora-extra etc. Com o passar dos anos essa modalidade regularizadora se estendeu para o conjunto das empresas, isto é, o trabalho precário se generalizou na sociedade argentina:

a ampla difusão do trabalho não registrado e a persistência de formas precárias de contratação manifesta uma heterogeneidade na situação dos assalariados quanto a seus direitos laborais, e, por vez, constitui uma determinante que explica a brecha salarial existente entre trabalhadores registrados e em negro, trabalhadores precarizados e estáveis. A crescente segmentação do mercado de trabalho entre trabalhadores que se encontram sob distintas condições contratuais, e a dispersão salarial derivada desta heterogeneidade marcam uma persistente deterioração da renda dos assalariados. Por sua vez, a extensão de formas precárias de contratação e o aumento do emprego não registrado em um contexto de uma taxa de desemprego persistentemente elevada dificultam a consolidação de ações organizadas pela classe trabalhadora para melhorar as condições de venda de sua força de trabalho, estando obrigada a vendê-la por debaixo de seu valor (MARTICORENA, 2008, p. 17-18).



Durante a hegemonia menemista, de fato a regularização da acumulação integral se generalizou. Sinal disso foi a aprovação do projeto do *Grupo dos Oito*, inspirado em um conjunto de propostas elaborado pelos grandes grupos empresariais, instalados na Argentina, e que visava eliminar todo e qualquer obstáculo à possibilidade de ajustar as relações de trabalho, tornando-as condizente com os interesses da acumulação integral. Esse projeto foi apresentado em outubro de 1996 e contemplava diversas maneiras de precarizar e intensificar as relações de trabalho: a) possibilidade de férias por um mínimo de 14 dias corridos, nos quais a data era definida pela empresa e segundo seus interesses b) jornadas variáveis de trabalho que poderiam chegar até 12 horas diárias (sem remuneração extra) nos meses de maior produtividade e de 08 horas nos meses de produtividade padrão c) as semanas de trabalho também poderiam variar e, dependendo dos ritmos da produção, os operários deveriam trabalhar até 30 dias consecutivos sem descanso e com direito a receber as folgas semanais após um mês de trabalho d) modalidades de pagamentos diferenciados e acordados em cada caso específico e) fragmentação do salário em duas partes, uma fixa e outra variável de acordo com a situação financeira da empresa etc. (BONNET, 2008).

Inúmeras foram as frentes dessa ofensiva capitalista contra o trabalho e em diversas delas foi necessário todo um processo de cooptação de outras classes ou frações de classes, tais como a burocracia sindical. Na verdade essa é uma tendência presente na prática regularizadora do estado neoliberal: onde há obstáculo que haja a cooptação, a perseguição retaliadora, o autoritarismo executivo e, sempre que necessário, a brutalidade da repressão estatal. Antes de passarmos para a análise sobre o papel cumprido pela burocracia sindical no processo de regularização da acumulação integral na Argentina, torna-se necessário esclarecermos um pouco mais sobre quem é essa classe social e quais são os seus verdadeiros interesses na sociedade capitalista.

Os sindicatos, conforme demonstrou Anton Pannekoek em diversos dos seus escritos<sup>8</sup>, assim como Marx, são resultado da luta operária, tendo como objetivo fundamental e declarado a negociação do valor da força de trabalho (mercadoria) e expressa uma organização comum do proletariado no interior da sociabilidade capitalista, na qual cabe a ele produzir capital com a venda da sua força de trabalho. Nesse sentido, desde sua origem os sindicatos se apresentam como instrumentos de reivindicações e estabilidade do próprio capitalismo e não sua ameaça. Portanto, não

---

<sup>8</sup> Cf. (PANNEKOEK, 1977, 2011; BRAGA e VIANA, 2011).

devemos confundir o movimento operário com o movimento sindical, pois esse, ao contrário do que afirmam os ideólogos leninistas, não expressam os interesses históricos do proletariado nem tampouco equivale à sua fração organizada, visto que

a classe operária tem que apontar para além, enquanto que o sindicalismo está inteiramente confinado nos limites do sistema capitalista. O sindicalismo só pode representar uma parte, necessária, porém ínfima da luta de classes. Ao desenvolver-se tem que entrar necessariamente em conflito com a classe operária, a qual quer ir mais longe (PANNEKOEK, 1977, p. 179).

O avanço da consciência teórica de Anton Pannekoek em relação ao papel conservador do sindicalismo aponta para uma questão central em todo esse debate, trata-se da questão em torno do pertencimento de classe dos burocratas sindicais, cujos interesses passam a não coincidirem plenamente com os interesses históricos do proletariado:

em primeiro lugar, as reflexões iniciais de Pannekoek sobre organização se deu no bojo de sua participação – crítica e dissidente – dentro da social-democracia, que apenas enxerga as duas formas tradicionais de organização integradas no capitalismo: os sindicatos e partidos. Estas organizações, que nasceram das lutas operárias, como bem demonstraram Marx e Pannekoek, passam de órgãos da luta proletária para órgãos de reprodução do capitalismo com seu processo de crescente burocratização. Esse processo não ocorre de uma só vez, imediatamente. Em primeiro lugar, surgem os partidos e sindicatos como produtos das lutas dos trabalhadores, com a repressão e recusa da burguesia e do estado capitalista. É o seu momento heróico. A luta avança e partidos e sindicatos são legalizados e aceitos pela burguesia ao instaurar um novo regime de acumulação, o regime de acumulação intensivo, que instaura a democracia partidária e o estado liberal-democrático em substituição à democracia censitária e estado liberal [...] Porém, o que a burguesia oferece com a mão esquerda, retira com a mão direita. A burguesia legaliza e aceita partidos e sindicatos, mas o próprio processo de legalização significa a imposição da legislação burguesa sobre estas organizações, além das necessidades financeiras impostas, bem como pelo novo papel que elas ganham (os partidos passam a poder eleger candidatos e disputar cargos e governos; os sindicatos se reduzem a representação da força de trabalho com limites legais). Além disso, partidos e sindicatos se integram cada vez mais na sociedade burguesa, por estarem cercados por ela e também por, nesse processo, criar a sua burocracia própria, uma camada de dirigentes que passa a constituir interesses próprios. Neste contexto, partidos e sindicatos legalizados são o primeiro passo para a burocratização (BRAGA e VIANA, 2011, p. 23-24).

Com o desenvolvimento dos regimes de acumulação, quer dizer, do capitalismo, os sindicatos se agigantaram, tornando-se imensas corporações, organizadas de forma hierárquica e burocrática, ou seja, organizados segundo a relação dirigentes-dirigidos, típica de toda instituição burguesa, que determina muito bem qual o papel a ser exercido e qual o lugar a ser ocupado pelas “massas”, pelos “liderados”, por um lado, e pelos “chefes”, “líderes”, por outro. Os sindicatos passaram a contar com milhares de contribuintes, o que gerou a necessidade de uma maior racionalização burocrática,

um corpo de especialistas na administração burguesa (presidentes, tesoureiros, advogados, contadores, secretários responsáveis pelas finanças e pela administração geral, segurança privada etc.). Os burocratas sindicais tornaram-se *expert* na arte de negociar com o capital e aprenderam a expressar essencialmente os interesses da ordem burguesa, impossibilitando qualquer iniciativa autônoma e direta do próprio proletariado, segundo a alegação de que esses por si só não conseguem se auto-organizar. Eis aqui o papel da ideologia leninista da vanguarda revolucionária: controlar a luta proletária e legitimar a dominação burocrática sobre os operários (VIANA, 2011).

Inevitavelmente o avanço da luta proletária tende a chocar com os interesses da burocracia sindical, porque em momentos de radicalidade tal avanço aponta para a necessidade da superação da dominação burguesa como um todo e não a manutenção da “paz nas fábricas” a qualquer custo (do proletariado é claro), como demonstram as tendências contemporâneas do sindicalismo que costumam trabalhar para garantir as imposições do patronato. Essa é a tendência dominante no regime de acumulação integral em todo o mundo imperialista ou subordinado:

os sindicatos se tornaram um “governo sindical” reinando sobre os sindicalizados. A solidariedade não é mais a virtude ressaltada e sim a obediência às decisões da cúpula burocrática. A função primária dos sindicatos, a defesa dos trabalhadores contra a exploração dos capitalistas desapareceu. Com o capital monopolista o seu poder se tornou insignificante. Apesar dos sindicatos terem se tornado organizações gigantes, não passam de um aparelho que o grande capital utiliza para impor os interesses capitalistas aos trabalhadores. Os sindicatos se transformaram em órgãos da dominação capitalista sobre os trabalhadores (VIANA, 2011, p.69-70).

O processo de regularização da acumulação integral também representou uma série drástica de alterações no funcionamento das organizações sindicais argentinas, com vistas a minar sua capacidade de pressão e negociação dos salários, que daí por diante atingiriam níveis de rebaixamento alarmantes. Vale mencionar que a acumulação integral argentina teve como característica essencial um *intenso processo de lumpemproletarização* que serviu, fundamentalmente, para promover um duríssimo disciplinamento da força de trabalho e imposição de relações de trabalho cada vez mais precárias e com níveis de exploração cada vez mais intensos.

Dessa maneira, os sindicatos também foram atingidos por essa ofensiva disciplinadora e pouco ou quase nada fizeram para reverter essa situação. Na verdade, as grandes centrais sindicais acabaram por sucumbir a esse disciplinamento, passando a constituir parte desse processo regularizador, ao realizar milhares de acordos patronais

que representavam mais precarização do trabalho e cortes salariais. Em troca, a burocracia sindical buscava fortalecer seus interesses burocráticos, inclusive o de tornar-se burocracia estatal (PALOMINO, 2000; SVAMPA, 2010).

Seguindo as análises de Bonnet (2008), a regularização estatal objetivando solapar a principal função dos sindicatos, isto é, sua capacidade de pressão e negociação salarial, iniciou-se com a lei de associação sindical 23.551/88, sancionada no governo de Alfonsín, que estabelecia a livre associação, filiação e desfiliação gremial sem necessidade de aviso prévio, mas que ainda reafirmava a negociação coletiva e o direito à greve. No entanto, outras regularizações surgiram, como o megadecreto 2284/91 que previa a negociação de convênios coletivos de trabalho por empresa, atividade, setor ou qualquer instância eleita pelas partes envolvidas, assim como a Lei Nacional de Emprego 2401/91 que autorizava a alteração dos níveis de negociação coletiva. Consequentemente,

todas essas medidas serviram, por sua vez, para legalizar práticas de negociação coletiva cada vez mais descentralizadas nos mercados de trabalho. Os convênios por ramo e por atividade caíram de 42,3% e 39,2% firmados em 1991, respectivamente, a 2 e 11,9% em 1999, e os convênios por empresa aumentaram correlativamente de 18,6% dos firmados em 1991 a 86,1% em 1999 [...] O direito de greve, por sua parte, foi severamente cerceado no caso dos denominados “serviços essenciais” – uma categoria que se estenderia a inumeráveis atividades – através do decreto 2184/90 (BONNET, 2008 p. 31).

Tais regularizações acabaram por promover uma descentralização das negociações trabalhistas que, a partir daí, poderiam ocorrer sem nenhuma interferência das grandes centrais sindicais nacionais que visivelmente tiveram seus espaços de intervenção reduzidos. E dessa forma facilitando a expansão de

novas formas de contratação precárias e instáveis, a terceirização de serviços, o questionamento das formas de negociação coletiva e sua substituição por acordos individuais e por empresa, os aumentos por produtividade, enfim, as mudanças implicadas pela irrupção de novas formas de gestão e organização do trabalho repercutiram profundamente nas formas de representação sindical. O processo de adaptação e, portanto, as negociações, se realizaram então em um contexto de desestruturação do cenário laboral e de ruptura das lealdades sindicais (SVAMPA, 2010, p. 210).

O intenso processo de lumpemproletarização, junto com a expansão do trabalho precário e de diversas modalidades de subcontratação afetou diretamente a capacidade financeira e de intervenção dos sindicatos, pois promoveram o desmoronamento do número de seus filiados e, por conseguinte, de suas contribuições. Além de perderem seus filiados com o processo de lumpemproletarização, acabaram por perderem também a credibilidade dos trabalhadores que se encontravam duramente golpeados e

completamente desprotegidos pelos sindicatos. Percebe-se, portanto, que o sindicalismo foi completamente reorientado pela regularização neoliberal, se adaptando ao novo regime de acumulação integral e tendo anulada, quase que completamente, sua principal razão de ser, isto é, a capacidade de negociar a exploração capitalista com vistas a diminuí-la. Isso quando os sindicatos não tornaram parte da própria exploração capitalista, pois a realidade é que

a influência sindical se reduziu, seja pela carência de projetos próprios, fato reconhecido por dirigentes de primeira linha que apoiaram as reformas de Menem, seja pela lógica governamental de aliança com os grandes empresários do establishment financeiro. Os dirigentes que apoiaram as reformas sem participar de seu desenho, tiveram que reformular suas estratégias para lograr sua incorporação tardia a essas. As reformas neoliberais impulsadas pelo governo reforçaram a brecha entre o aparelho sindical e os trabalhadores em várias organizações. Um exemplo é proporcionado pela reforma que introduziram a AFJP (Administradoras de Fundos de Jubilação e Pensão), que incorporou aos sindicatos a condição de que redefiniram a relação com seus filiados, utilizando a representação para vender serviços a seus próprios representados, definidos agora como “clientes”. Esta brecha entre representantes e representados inaugurada pelas reformas foi definida como “business union” ou “sindicalismo de negócios”: os filiados sindicais são vistos como uma população cativa para venda de serviços (PALOMINO, 2000, p. 125-126).

Diante desse cenário novas configurações sindicais foram se arquitetando. Dentre elas podemos localizar o poderoso bloco expresso pelos *porta-vozes da lealdade* que se personificava na *Confederação Geral do Trabalho* (CGT), conduzida por Alberto Cassia, Gerardo Martínez e Rodolfo Daer. Nessa central encontravam-se os grêmios que apoiaram o processo de regularização neoliberal levado a cabo pelo menemismo, ainda que contivesse graus distintos de acatamento e de estratégias de adaptação às duras condições impostas pela acumulação integral. Tais sindicatos comportavam em seu seio um amplo arco que ia desde os bem-sucedidos porta-vozes do novo sindicalismo empresarial, até os sindicatos vinculados organicamente ao partido ou grupo político no poder do estado, isto é ao menemismo (SVAMPA, 2010). Segundo Souza,

no período analisado, o setor majoritário da CGT apoiava Menem, o que pode ser verificado nas declarações dos dirigentes nacionais. Ao definir o presidente, Cassia sublinhou: “É um político de raça, único capaz de tirar o país do fundo do poço e resolver o problema do desemprego”. A respeito de sua associação com o governo, o dirigente declarou: “Sim, sou o operador político de Menem na CGT. (...) Menem gosta muito de mim, somos amigos de anos”. Em outra declaração, logo após assumir a condução da central, Martínez afirmou: “Menem, de quem gosto e estimo muito, está fazendo bem as coisas”. Em semelhante contexto de aliança entre a central e o governo, prevalecem as estratégias propositivas e participacionistas. Para Cassia “as soluções não passam por fazer marchas e barulho”, pois o principal é “dialogar e fazer propostas”. Sobre essa questão, o sindicalista argumentou: “Pergunte aos trabalhadores o que querem: se estar de greve ou que seus

dirigentes se dediquem a encontrar soluções aos problemas”. Segundo este dirigente: “participar é o caminho; fazendo escutar nossas queixas, propondo melhoras, estudando causas e efeitos de cada mudança, incentivando a incorporação dos trabalhadores ao capital das empresas e, em definitivo, modificando o papel auditor do sindicalismo para (...) ser gestor da transformação” (2013, p. 239-240).

A preocupação fundamental da burocracia cegeteana já estava muito distante de ser a busca por melhorias na condição de vida e trabalho da classe trabalhadora, mas sim a luta pela garantia de suas prerrogativas corporativas (de classe), tais como: o monopólio da representação sindical, o controle dos fundos para obras sociais, a manutenção do seu papel nas negociações coletivas (ocorrência rara nesses tempos neoliberais), a participação nas listas partidárias do Partido Justicialista, principalmente na Comissão de Legislação Laboral da Câmara dos Deputados, onde a maioria desses costuma ser de origem sindical etc. Para maior parte dos burocratas sindicais, o que estava em jogo era a possibilidade de tornarem-se burocratas estatais e para isso serviam as engrenagens da instituição sindical: trampolins político-partidários para conquistarem o poder do estado.

Uma segunda corrente sindical era composta pela ala dissidente da CGT, conhecida como *Movimiento de Trabajadores Argentinos* (MTA). Encabeçada pelo ex-caminhoneiro Hugo Moyano, o MTA era composto por aqueles que lutavam para reviver um nostálgico passado sindical, ancorado em uma política de substituição das importações e por um estado forte e presente nas questões sociais. Apesar de promover diversas manifestações e uma forte contestação ao governo menemista, nunca promoveu de fato um rompimento com a CGT e menos ainda com o Partido Justicialista:

na realidade esse segundo alinhamento deixava manifesto o colapso do modelo nacional-popular e, ao mesmo tempo, sua defesa e sua nostalgia. Um discurso que não vacilaria em fazer a crítica ao novo modelo [...], ainda que sem abandonar a demanda da “unidade sindical” e muito menos a disciplina partidária. Finalmente, esse setor dissidente passou a liderar a CGT, a partir de sua reunificação em 2003, sob o governo de Néstor Kirchner (SVAMPA, 2010, p. 211).

No fundo, seguindo as análises de Svampa (2010), o que se pode observar nas transformações ocorridas nas organizações sindicais, após a regularização neoliberal, é que raríssimos sindicatos se encontravam em condições favoráveis<sup>9</sup> para enfrentar essa ofensiva burguesa contra a força de trabalho e todas as consequências provenientes da

---

<sup>9</sup> Não podemos esquecer que o sindicato argentino no período neoliberal é herdeiro direto do terrorismo de estado ocorrido nos anos entre 1976-1983 que tinha como propósito essencial exterminar todos os resquícios combativo presente em algumas centrais sindicais argentinas. O resultado disso, como já mencionamos, foi nada mais nada menos que o desaparecimento de aproximadamente 15 mil operários e sindicalistas.

acumulação integral, pois o processo posto em marcha por essa ofensiva acabava por expressar uma poderosa hegemonia das estruturas partidárias sobre as estruturas sindicais, deixando muito transparente que o vínculo tipicamente populista se assentava sobre uma forte subordinação dos atores sindicais ao estado (a forma fundamental de regularização das relações sociais capitalistas).

O forte processo de desindustrialização, a intensa expansão do desemprego, a emergência de mudanças drásticas nas relações de trabalho, as formas de valorização capitalistas modeladas pelo toyotismo e seus similares etc. promoveram grandes transformações no mundo do trabalho e uma profunda erosão das bases de apoio das centrais sindicais. Exemplo disso foi a crise do sindicalismo tradicional representado pela *União Operária Metalúrgica* (UOM), a expressão mais acabada das relações trabalhistas e das formas organizacionais vigentes no modelo anterior. A heterogeneidade das atividades abarcada pela UOM foi determinante para o desencadeamento de sua crise organizacional, pois tradicionalmente agrupava em seu interior diversos ramos e atividades que iam desde a siderurgia, profundamente atingida pelo processo de privatização, o setor metalomecânico, marcado por um período de expansão das automotoras que impunha aos seus trabalhadores convênios por empresas e as pequenas indústrias voltadas para o mercado interno, duramente golpeadas pela abertura comercial, que de forma majoritária as destinava à falência. Dessa forma,

a UOM, que tradicionalmente estimulou um discurso em defesa da unidade sindical, por meio da centralização da ação e da negociação coletiva, emergiu, pois como um dos grêmios mais danificados por esse processo [...] Também é certo que houve claras declinações por parte de setores considerados até pouco tempo combativos, ainda que em muitos casos o cenário permaneceu inalterado, dada a reprodução das práticas burocráticas e os estilos mafiosos (SVAMPA, 2010, p. 212-213).

Ainda que em alguns momentos surgissem, por parte de alguma corrente sindical, alguma forma de crítica um pouco mais contundente ao processo de regularização neoliberal, essas encontraram sérios limites para levar adiante suas contestações. Um caso exemplar de como a resistência sindical seria resolvida no regime de acumulação integral argentino, pode ser buscado no conflito sindical entre a UOM e SMATA<sup>10</sup>, no ano de 1996, pela representação dos operários da Fiat (Córdoba).

No ano de 1995, a FIAT, naquela época quinta maior empresa automobilística do mundo, iniciou o processo de reinstalação de seu parque industrial na Argentina. Juntamente com isso estreou negociações com a UOM, a fim de negociar e firmar o

---

<sup>10</sup> Sindicato de Mecânicos e Afines del Transporte Automotor de la República Argentina. Cf. [www.smata.com.ar](http://www.smata.com.ar)

convênio coletivo que regularia o trabalho de 05 mil operários, que seriam empregados na planta que se instalara em Córdoba. Após 03 meses de negociação, ambas as partes chegaram a um pré-acordo que, no entanto, após passar pelas discussões internas da cúpula burocrática da UOM, sofreria uma tentativa de renegociação de algumas cláusulas. Diante da pressão da Fiat e da intransigência da UOM, a primeira acabaria por firmar outro convênio coletivo com a SMATA, no qual predominaria a exploração integral da força de trabalho. Tal convênio foi imediatamente aprovado pelo Ministério do Trabalho e promoveu um “efeito cascata” para diversas outras empresas automobilísticas, como a Chrysler, General Motors, Toyota, Dina etc., assim como para diversas outras empresas de ramos diversos: siderúrgicas (Acíndar, Aluar, IMPSA e Siderca); alimentícias (Arcor e Terrabusi); supermercados (Carrefour y Disco<sup>11</sup>), empresas privatizadas telefônicas (Telecom e Telefônica), petroleiras (YPF), metroviárias (Metrovías) etc. (SVAMPA, 2010; BONNET, 2008). Conforme assinala Bonnet,

assim também no caso líder do conflito desatado entre ALUAR- Puerto Madryn (Chubut) e sua comissão interna, ao final de 1993, à raiz da intenção da empresa de reduzir em 25% os salários em troca da não demissão de 182 dos seus 650 empregados. Acordos que incluíam recortes de salários se multiplicariam, posteriormente, nas recessões de 1994-95 e 1998-01. E também neste contexto de disciplinamento pode advertir-se a precariedade extrema em que se encontram os trabalhadores em negro (não registrado) ou em branco (registrado) ainda que sob contratos de lixo: ao final da década e sobre uma força de trabalho empregada de uns 7.370.000 trabalhadores, 2.494.000 trabalhavam em negro, 290.000 com contratos a prazo, 297.000 em teste e 30.000 por agências. Em resumo: uns 40% da força de trabalho estava submetida a condições ainda mais precárias que as contempladas nos piores convênios coletivos acima mencionados (2008 p. 28-29).

Diante do violento processo de regularização da acumulação integral, não restaram muitas alternativas à burocracia sindical que não a de se submeter ao processo de disciplinamento neoliberal, adequando-se e promovendo melhores condições para a acumulação capitalista, isto é tornando-se *órgãos da dominação capitalista sobre os trabalhadores* e, por outra parte, se articulando politicamente em busca de melhores correlações de forças, visando galgarem maiores espaços na burocracia estatal através das disputas eleitorais-partidárias.

Veremos agora o terceiro conjunto de medidas de regularização neoliberal apontadas por Bonnet (2008) e que teve como objetivo converter antigas conquistas trabalhistas em novas possibilidades de promover lucros aos capitalistas ou de

---

<sup>11</sup> Disco é uma cadeia de supermercados fundada em 1961 na Argentina e que conta com 81 lojas espalhadas por todo o país.



simplesmente extingui-las. Esse autor apresenta tais medidas começando por aquelas que objetivavam *desregular* (para nós trata-se da regularização neoliberal) as obras sociais sindicais<sup>12</sup>. Isto significava promover a abertura das obras sociais para o mercado, ou seja, a possibilidade de movimentação de somas extraordinária de capitais oriundos do sistema de seguridade social, das aposentadorias, indenizações por acidente de trabalhos etc. capazes de inaugurar “dois negócios financeiros de extraordinária rentabilidade e incrementando significativamente a magnitude do mercado doméstico de capitais” (BONNET, 2008, p. 32).

A administração menemista avançaria passo a passo sobre as obras sociais sindicais, a partir do megadecreto 2284/91 que criava um Sistema Único de Seguridade Social, subordinado ao Ministério do Trabalho que já absorvia as funções do Instituto Nacional de Previsão Social e as Caixas de Subsídio dos trabalhadores do comércio, indústria e das atividades marítimas. No fundo essa ofensiva menemista seria marcada por avanços e retrocessos, de acordo com o desenvolvimento das lutas intestinais (internas) travadas entre as frações estatais e sindicais da burocracia. A última e decisiva ofensiva menemista sobre as obras sociais sindicais seria realizada em outubro de 1996, através dos decretos 1141 e 1142 e do decreto 1560/96 que implicaria em um significativo avanço da regularização neoliberal sobre tais obras, ao estabelecer a livre opção dos trabalhadores pelas obras sociais.

A regularização neoliberal também promoveria um duro ataque às indenizações por acidentes de trabalho, que se reduziria significativamente ao longo da década de 1990. A lei 24.028/91 de Acidentes de Trabalho promoveria uma redução de 35% das indenizações e, além disso, a administração menemista se apropriaria dos fundos correspondentes às indenizações, para injetá-las no mercado de seguros, através da privatização das indenizações. Para isso, em novembro de 1994 envia ao congresso um projeto de lei que apontava para a sua privatização. No entanto, tal projeto não fora aprovado imediatamente visto que havia discordâncias entre empresários, centrais sindicais e governo que, portanto, resultara em várias modificações no projeto original, aprovado apenas em 1995. Dessa forma, através da Lei de Riscos de Trabalho 24.557/96

---

<sup>12</sup> “Naturalmente, o manejo das obras sociais era e segue sendo um suporte chave do poderio da burocracia sindical, assim como a destruição das obras sociais auspiciava um formidável negócio para os empresários da saúde. Em meados da década de 90 havia umas 350 obras sociais que atendiam as 11 milhões de filiados, das quais umas 200 eram sindicais e atendiam a uns 4,6 milhões de filiados, e em seu conjunto arrecadavam uns 4 milhões anuais” (La Prensa 8 e 10/10, Clarín 13/10/96 apud BONNET, 2008, p. 32).

transferiu então ao Seguro de Riscos de Trabalho, na qualidade de seguros obrigatórios, as responsabilidades patronais pela segurança de seus trabalhadores. Uma extendida onda de acidentes de trabalho inaugurou a aplicação do novo sistema devido a que os custos para implementar medidas de segurança nos lugares de trabalho excediam em muitos casos, para os empresários, os prêmios de seguro (BONNET, 2008, p. 33).

As consequências resultantes da privatização dos riscos por acidente de trabalho foram sinistras uma vez que, em nome do mosenhor capital não há ética alguma, as empresas de seguro de riscos de trabalho não vacilariam em atuar, juntamente com os capitalistas, fazendo vistas grossas às inúmeras violações cometidas por esses que ignoravam constantemente as regras de segurança e higiene. Dessa forma, as seguradoras não perdiam seus clientes e ainda os compensava com a redução dos custos, resultante das diversas violações. Já para a classe trabalhadora, o resultado, como já advertia Dejourns (1992), seria uma elevação absurda dos riscos à sua integridade física/psíquica e a explosão de sua taxa de mortalidade. Seguindo a Cornaglia,

o aumento das horas extras e as extensas jornadas incrementam os infortúnios. A indústria da construção e a atividade agrícola – eixos da recuperação econômica – são justamente setores em que os controles de segurança e higiene não existem ou são notoriamente insuficientes. Diante da falta de confiança dos dados oficiais, só nos resta, para entender melhor o problema, arriscar algumas projeções e ter em conta pautas analógicas. Se se produzem três mortos por acidentes, a cifra real a estimar, levando em conta os trabalhadores não registrados, deveria ser seis? Mas essa cifra só contempla os acidentes. Se levarmos em consideração a enfermidade como causa da morte e projetarmos analogicamente o dado difundido no informe da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é necessário admitir que por cada morte por acidente sucedem cinco por enfermidade. Os mortos que diariamente o trabalho produz no país chegariam então a 36. Dessa forma, na Argentina se produziriam 13.140 mortes por ano causadas pelo trabalho. Em sete anos de vigência da Lei de Riscos de Trabalho 24.557 seriam, pois 91.980 as pessoas que perderam a vida devido ao trabalho (2015, s/p.).

Contudo, além da precarização do trabalho, outra exigência fundamental para impulsionar a acumulação integral é a intensificação do trabalho acompanhada de sua mais-violência (física e psíquica). Para compreender a totalidade da regularização neoliberal na Argentina, uma multiplicidade de determinações deve ser levada em conta, porém, está claro que não é pretensão desse trabalho esgotar tais determinações, mas tão somente apresentar aquelas que nos parecem fundamentais para a compreensão geral da acumulação integral argentina. Como já sabemos de que maneira ocorreu em linhas gerais o processo de regularização da acumulação capitalista, a partir de agora focaremos na dinâmica do próprio processo de acumulação integral na Argentina, com o

objetivo de compreender suas principais consequências sociais, destacando a luta de classes que emergiu, após o intenso processo de lumpemproletarização social.

A *forma de valorização* do capital, dominante nas relações de trabalho próprias da acumulação integral, é fornecida pelo toyotismo<sup>13</sup> que, no nosso entendimento, possui os mesmos objetivos que o taylorismo e o fordismo, isto é, promover uma maior extração de mais-valor relativo e absoluto através da racionalização do processo de trabalho e da gerência científica, em um contexto de intenso avanço tecnológico. Trata-se de compreender o toyotismo como uma adaptação do taylorismo à nova fase do capitalismo: a era da acumulação integral (VIANA, 2009).

Segundo Antunes,

o processo de produção do tipo toyotista, por meio dos team work, supõe portanto uma intensificação da exploração do trabalho, quer pelo fato de os operários trabalharem simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer pelo ritmo e a velocidade da cadeia produtiva dada pelo sistema de luzes. Ou seja, presencia-se uma intensificação do ritmo produtivo dentro do mesmo tempo de trabalho ou até mesmo quando este se reduz. Na fábrica Toyota, quando a luz está verde, o funcionamento é normal; com a indicação da cor laranja, atinge-se uma intensidade máxima; e quando a luz vermelha aparece, é porque houve problemas, devendo-se diminuir o ritmo produtivo. A apropriação das atividades intelectuais do trabalho, que advém da introdução de maquinaria automatizada, aliada à intensificação do ritmo do processo de trabalho, configuraram um quadro extremamente positivo para o capital, na retomada dos ciclos de acumulação e na recuperação da sua rentabilidade [...] Este (o toyotismo) se estrutura preservando dentro das empresas matrizes um número reduzido de trabalhadores mais qualificados, multifuncionais e envolvidos com o seu ideário, bem como ampliando o conjunto flutuante e flexível (segundo os interesses da burguesia) de trabalhadores com o aumento de horas-extras, da terceirização no interior e fora das empresas, da contratação de trabalhadores temporários etc. (ANTUNES, 2005, p. 56-57 – parênteses nossos).

Na Argentina contemporânea passou a vigorar diversas relações de trabalho típicas da acumulação integral. Um dos instrumentos mais utilizados para reduzir os custos da produção (entenda-se maior extração de mais-valor) foi a subcontratação e terceirização de algumas atividades. Segundo Newman (2014), a prática de subcontratação é realizada fundamentalmente pelas grandes empresas que ao optarem por subcontratar diversos serviços tais como a logística, limpeza industrial, construção e manutenção, limpeza de edifícios, produção de partes, call centers etc. acabaram por estimular o surgimento de diversas pequenas e médias empresas, fornecedoras dos serviços antes desenvolvidos pela mesma empresa-mãe:

em geral, essas empresas subcontratistas se caracterizam por oferecer condições laborais sob a modalidade da contratação eventual ou diretamente,

---

<sup>13</sup> Para um maior aprofundamento sobre o toyotismo Cf. (CORIAT, 1994; ANTUNES, 2005; VIANA, 2009; ALVES, 2011).

e em muitos casos, sob o emprego não registrado (em negro). Outra forma de terceirização que vem se generalizando na Argentina é a contratação de trabalhadores independentes. Geralmente, se trata de profissionais ou estudantes universitários que são contratados pelas empresas para tarefas específicas por prazos determinados. Essa prática se caracteriza pelo pagamento de uma quantia definida de dinheiro e exige-se do trabalhador que entregue em troca uma quantia pessoal (monotributo) [...] (NEWMAN, 2014, p. 156).

A prática da subcontratação e terceirização de algumas atividades promove uma forte fragmentação e divisão da classe trabalhadora, visto que no mesmo espaço produtivo passam a coexistir diversos tipos de trabalhadores submetidos a relações laborais distintas, remunerações e condições de trabalho (completamente ausente de direitos trabalhistas) inteiramente distintas para as mesmas funções, que acabam por impactar na subjetividade do trabalhador que não se sente parte de um mesmo coletivo e, portanto, debilita suas potencialidades de contestação e luta etc. Segundo Battistini,

a fragmentação dos coletivos de trabalho durante os anos 90 se faz presente em todos os níveis. Em nível “estrutural” o desemprego, a precarização contratual e o trabalho não registrado constituem um primeiro nível da fragmentação. Um segundo nível se constitui no interior de cada coletivo de trabalho mediante a diferenciação salarial que habilitam as remunerações por produtividade e por avaliação das competências laborais. Assim, trabalhadores que realizam as mesmas tarefas para a mesma empresa têm remunerações diferenciadas. Por último, um terceiro nível constitui a partir da geração de espaços de produção diferenciados que se abrem nas práticas de subcontratação. Por exemplo, na fabricação de um mesmo produto ou na provisão de um mesmo serviço podem intervir distintas empresas, cuja força de trabalho pode contar com relações laborais completamente diferentes, salários e condições de trabalho totalmente distintas (Apud NEWMAN, 2014, p. 156-157).

Dessa forma, a subcontratação e terceirização promove uma maior extração de mais-valor, ao disponibilizarem para o capital melhores condições de exploração da força de trabalho, isenta de qualquer tributação patronal, direitos e proteção trabalhista. A divisão da classe trabalhadora ocorre pelo temor que o trabalhador passa a ter da transferência para uma condição ainda pior de trabalho e vida, pela divisão e ruptura da solidariedade entre trabalhadores tratados de maneira distinta (contratualmente, salarialmente etc.) no local de trabalho e, principalmente, pelo medo de ficar desempregado em um período de intensa expansão do lumpemproletariado<sup>14</sup>. Sobre tal processo de lumpemproletarização e seu papel na divisão da classe trabalhadora, voltaremos nossa análise mais adiante.

---

<sup>14</sup> Em nossa análise o lumpemproletariado sofre uma ressignificação na teoria marxista, passando a equivaler a uma classe social composta pela totalidade do exército industrial de reserva, pela superpopulação relativa, isto é, por todos aqueles indivíduos que se encontram marginalizados da divisão social do trabalho (VIANA, 2012; BRAGA, 2016).

Seguindo as análises de Novick (1991) e Newman (2014), observa-se que as formas organizacionais do trabalho típicas ou adaptadas do toyotismo ingressaram no país na década de 1980 e teve como característica marcante a adoção de formas de gestão da qualidade do trabalho, como forma de melhor gerir o trabalho, visando à promoção da acumulação integral:

em meados da década de 1980 (ainda que anteriormente houve experiência de círculos de qualidade e alguns avanços dessas técnicas), começaram a introduzir-se na Argentina, no setor privado, as distintas técnicas de produção industrial “japonesas”. Aumentou a quantidade de empresas que introduziram círculos de qualidade, processos de just in time – seja através de Kan Ban, MRP ou de técnicas combinadas – de qualidade total (NOVICK, 1991, p. 83).

Um conjunto de práticas marcou a tendência geral do desenvolvimento das formas de organização do trabalho na Argentina contemporânea. Dentre elas podemos citar: a) maior recorrência à subcontratação/terceirização da força de trabalho; b) utilização do sistema *just in time*; c) adoção de Círculos de Controle de Qualidade; d) organização do trabalho em equipes; e) diversificação salarial; f) preferência pela contratação de jovens operários sem tradição sindical etc. É importante destacar que o processo de reestruturação produtiva, que caracteriza a totalidade de tais transformações nas relações de trabalho foi implementado em um período de intensa ofensiva contra os trabalhadores. Em linhas gerais, esse período pode ser dividido em dois momentos. O primeiro é caracterizado por uma expressiva onda de demissões e desligamentos voluntários e o segundo, por uma reincorporação dessa mesma força de trabalho sob a modalidade da subcontratação (NEWMAN, 2014). Por exemplo,

o processo de privatização da empresa estatal YPF, produziu no primeiro momento uma desvinculação de 35.689 trabalhadores. Desse total de trabalhadores despedidos, parte foi substituída por uma nova força de trabalho e outra parte, foi recontratada sob diferentes formas de terceirização [...] A mesma tendência ao deslocamento e à recontração mediante modalidades precarizadas se observa no processo de reconversão e privatização da empresa SEGBA [...] No caso da ACINDAR a adoção de Novos Métodos de Trabalho, no ano de 1991, implicou também uma política de demissões combinada com desligamentos voluntários e um aumento da terceirização de setores completos da produção [...] No caso da Ford, o processo de implementação do Ford Production System (inspirado no toyotismo), entre o ano de 1996 e 1999, implicou que através de demissões e desligamentos voluntários perderam-se 1.440 postos de trabalho. Muitos dos trabalhadores demitidos foram logo reincorporados, mas, como em muitos outros casos, mediante empresas terceirizadas sob modalidades contratuais precárias (NEWMAN, 2014, p. 159-160).

Diversos estudiosos coincidem ao concluírem que o processo de modernização empresarial, próprio da reestruturação produtiva, representa uma estratégia internacional do capital mais concentrado na busca por melhores condições (desconcentração da

produção, individualização dos coletivos de trabalho, fragmentação da classe trabalhadora, precarização e intensificação do trabalho, subemprego etc.) para promover aquilo que entendemos como sendo a acumulação integral (NEWMAN, 2014; PALERMO, 2012). Os estudos realizados pelo *Programa de Estudos Críticos sobre el Movimiento Obrero* (PECMO) do *Centro de Estudios e Investigaciones Laborales* (CEIL/CONICET) apontam para a conclusão, segundo a qual

a tendência geral que pode se observar nos sistemas de gestão das grandes empresas na Argentina em setores como automotriz, a siderurgia e o petroleiro, respondem à estratégia global de implementação da doutrina da melhora contínua da qualidade, expressada fundamentalmente em la ISO. O aspecto constitutivo dessa doutrina é a flexibilização tanto no âmbito da externalização da produção (terceirização) como nas políticas de racionalização e individualização da força de trabalho. Ainda quando o uso tático das ferramentas de gestão da qualidade são particulares a cada empresa, a doutrina e a orientação estratégica mostram um alto grau de homogeneidade. Isto nos leva a postular a hipótese da existência de um dispositivo administrativo-corporativo que atua em nível nacional sob doutrinas e práticas de “qualidade” em vínculo orgânico com a regulação internacional da melhora contínua da qualidade expressa na série ISO 9000. Ao fazer referência a esta regulação internacional damos conta de que a doutrina da série ISO 9000 [...] “encarna”, se faz efetiva nos processos de normalização e certificação dos sistemas de gestão das empresas a nível nacional (NEWMAN, 2014, p. 160-161).

Como consequência da totalidade da regularização neoliberal e, por conseguinte, da intensificação da exploração da força de trabalho, outra importante característica da acumulação integral, e que adquiriu um peso significativo na sociedade Argentina contemporânea diz respeito ao processo de concentração e centralização de capital nas mãos de grandes complexos oligopólios nacionais e internacionais. Juntamente com essa característica, outra resultou importante: o drástico processo de redução da produção industrial. Com o jogo da livre concorrência funcionando a pleno vapor e o estado neoliberal argentino agindo conforme deveria, isto é, subordinado aos interesses do grande capital nacional e internacional, empresas de grande poderio econômico passam a adquirir notáveis poderes de decisão política sobre os rumos da economia nacional. A expressiva marca desse poder pode ser percebida na imensa transferência de empresas públicas, muitas vezes detentoras de mais de um terço das vendas que realiza a elite empresarial, para as mãos da iniciativa privada e na deflagração de associações entre diversos grupos econômicos locais e diversas modalidades de capitais estrangeiros, que passaram a concentrar e centralizar a acumulação de capital no país.

O novo regime de acumulação dominante na Argentina contemporânea será notavelmente marcado por um amplo processo de privatização de empresas públicas; por uma expressiva concentração e centralização de capitais nas mãos de grandes complexos oligopólios com a predominância do capital estrangeiro; por um aumento expressivo da dívida privada externa argentina, que devido ao caráter subordinado do Estado nacional a torna dívida pública; por uma drástica redução da atividade industrial devido à falência de diversas empresas de pequeno e médio porte, devido ao deslocamento<sup>15</sup> de parques industriais de determinadas regiões (Grande Buenos Aires, Córdoba, Rosário) para outras regiões (internas e externas); por uma violenta ofensiva do capital contra o trabalho, indicada em uma crescente queda salarial, por uma precarização e intensificação das relações de trabalho e fundamentalmente por uma intensa lumpemproletarização de diversas classes sociais, com destaque para o proletariado e seu grupo etário juvenil (BASUALDO, 2002; CARRERA, CAVALLERI & MURRUNI, 2010; SVAMPA, 2010; MINUJIM e ANGUIA, 2004). Vejamos então algumas dessas características da acumulação integral argentina ainda não (ou pouco) mencionada nesse trabalho.

É importante destacar que a hegemonia menemista expressou essencialmente os interesses econômicos imediatos da fração burguesa, detentora do capital financeiro no qual o projeto de reestruturação produtiva, assentado no regime de convertibilidade, visava garantir. Sendo assim, o menemismo precisou conciliar os interesses das demais frações, tais como os da burguesia industrial exportadora, composta por grandes empresas nacionais e estrangeiras, capazes de concorrer no mercado internacional, e da burguesia agrária (agropecuária) que vinha perdendo competitividade nas exportações. De que maneira, então, foi possível conciliar tais interesses, já que a reestruturação produtiva parecia favorecer tão somente os interesses imediatos da burguesia financeira? Acompanhando as análises de Bonnet (2008), tudo indica que o disciplinamento de algumas frações burguesas naquele contexto, se apresentava como pré-condição para o disciplinamento das classes trabalhadoras, mas já prevendo a possibilidade do retorno de negócios lucrativos para tais frações, através desse maior disciplinamento da força de trabalho:

esse disciplinamento envolvia, por sua vez, uma recomposição da exploração e da dominação dos trabalhadores, que resultava estratégica para o conjunto

---

<sup>15</sup> “De fato, o argumento implícito na produção acadêmica ligada à ‘nova divisão internacional do trabalho’ é que a industrialização em áreas de baixos salários e a desindustrialização nas áreas de alta remuneração são dois lados da mesma moeda” (SILVER, 2005, p. 41).

da burguesia. Esse disciplinamento era a condição para que, de uma vez, a luta de classes na Argentina se inscrevera em uma estratégia de acumulação e um projeto hegemônico (BONNET, 2008, p. 284).

O menemismo desde o início representou uma estratégia estatal regularizadora voltada para os interesses da fração burguesa (a grande burguesia) vinculada com o mercado mundial. Suas primeiras medidas econômicas atestam claramente essa realidade: o *Plano BB* representou uma verdadeira medida de shock anti-inflacionário, que apontava para uma enorme desvalorização e fixação de um único tipo de câmbio, acompanhado de uma dura elevação dos preços em geral e dos combustíveis que eram acordados junto às grandes empresas radicadas no país; a escalada da regularização neoliberal, expressa pelas milhares de leis draconianas contra a força de trabalho, a regularização das novas formas de valorização do capital (racionalização, gerência científica etc.); a transferência de empresas estatais para a grande burguesia nacional e internacional; maior abertura para o mercado externo, acompanhada de melhores condições para a exploração da força de trabalho etc. Em linhas gerais, o dito shock anti-inflacionário tratava-se, como insistimos em ressaltar, da ofensiva burguesa neoliberal contra a classe trabalhadora, contra seus salários, através da precarização da vida/trabalho e da lumpemproletarização intensa que buscava impor incisivamente os interesses da grande burguesia, fundamentalmente vinculada ao mercado internacional.

Esse contexto é marcado por essa busca a qualquer custo, por impor a regularização da acumulação integral, através dessas políticas de shock anti-inflacionários que apesar de promover o retrocesso momentâneo da inflação, seguia corroendo os salários e despertando conflitos por aumentos salariais em diversos setores chaves da produção privada (metalúrgicos, automotriz, petrolíferos), somados às lutas dos trabalhadores estatais (subterrâneos, ferroviários, professores, telefonistas), que viam seus empregos e salários sendo ameaçados de extinção por esse processo de regularização neoliberal. Juntamente, outras frações da burguesia, que já contavam com um *estado máximo* para seus interesses, pressionavam ainda mais para reduzir as taxas de juros, para reimplementar a industrialização e financiá-la. As frações mercado-externistas da burguesia pressionava pela elevação do valor do dólar que, mesmo livre de retenções era considerado muito baixo. Nesse cenário, a ameaça da hiperinflação<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> “[...] Os processos hiperinflacionários são assim mesmo, especialmente, processos de expropriação massiva de renda da sociedade em seu conjunto por parte de um punhado de grandes capitalistas. Para além das perdas ou lucros registrados nos balanços corporativos de Pérez Companc ou Arcor, do Citibank ou o Chase Manhattan, seu saldo foi uma transferência de renda acima do 5% do PIB para as arcas dos setores mais concentrados do capital. E a contraface dessa transferência foi um autêntico



era uma presença constante assim como a tendência para um maior avanço do processo de reestruturação produtiva que solapava diversas conquistas trabalhistas e estabelecia a superexploração da força de trabalho etc.

A análise que Bonnet (2008) apresenta sobre essa conjuntura destaca três mutações específicas que valem a pena mencioná-las, pois comporta elementos essenciais para a consolidação da acumulação integral argentina: a derrota dos trabalhadores, a consolidação do processo de privatização integral e o regime de convertibilidade. Diante da colossal ofensiva menemista contra o trabalho, principalmente a expressa pelo processo de privatização, os trabalhadores estatais impuseram uma forte resistência, mas que, no entanto, foi duramente derrotada e de forma exemplar. Tais lutas, principalmente a dos ferroviários, representaram uma possível alteração na correlação de forças envolvida na luta de classes, pois ameaçavam aspectos centrais da reestruturação produtiva (a privatização) posta em marcha pelo menemismo, também porque se trataram de lutas encaradas pela administração menemista como representando “tudo ou nada”, já que Menem ameaçava fechar todo ramal que paralisava: “ramal que para, ramal que fecha, desafiava e cumpria Menem” (SOLANAS, 2008).

A derrota das lutas dos ferroviários se concluiu com a privatização das ferrovias <sup>17</sup>, seguida da lumpemproletarização de aproximadamente 80 mil trabalhadores. Para esse autor, o duro tratamento dispensado por Menem às lutas dos ferroviários argentinos, se compara ao tratamento duríssimo dispensado às lutas dos mineiros britânicos contra o fechamento das minas e suas consequentes demissões no governo de Thatcher em 1984<sup>18</sup>, bem como a definitiva derrota dos controladores aéreos estadunidenses contra a regularização neoliberal de Reagan em 1981<sup>19</sup>: isto é, um

---

cataclismo social. Os salários reais dos trabalhadores industriais haviam perdido em julho 40% de seu poder aquisitivo de começo do ano. A taxa de desemprego de maio se encontravam em 27% por cima das registradas em outubro do ano prévio. Os salários dos operários demitidos nas plantas metalúrgicas que fechavam suas portas, em outras palavras, eram de 20 dólares mensais. Semelhante expropriação não tinha precedentes” (BONNET, 2008, p. 194).

<sup>17</sup> Sobre o processo de desmantelamento das ferrovias estatais, a insistente resistência ferroviária, a corrupção por detrás das privatizações envolvendo a burocracia sindical (Moyano, líder sindical dos caminhoneiros, é claro), a burocracia estatal e as concessionárias, as nefastas consequências sociais etc., para diversas regiões desassistidas e abandonadas após as privatizações das linhas Cf. SOLANAS (2008).

<sup>18</sup> “[...] Thatcher provocou uma greve de mineiros em 1984 ao anunciar uma onda de reorganizações na estrutura do trabalho e o fechamento de minas (o carvão importado era mais barato). A greve durou quase um ano, e apesar de muita simpatia e apoios públicos os mineiros perderam. A espinha dorsal de um elemento nuclear do movimento trabalhista britânico fora quebrada” (HARVEY, 2008, p. 69).

<sup>19</sup> “Reagan derrotou o PATCO, o sindicato dos controladores de voo, numa longa e amarga greve em 1981. Isso marcou um ataque generalizado aos poderes do trabalho organizado no próprio momento em

tratamento que servisse de exemplo para o conjunto da classe trabalhadora e, principalmente, para aqueles setores que ousassem desafiar o processo de regularização da acumulação integral.

A segunda mutação diz respeito à magnitude do avanço desse processo de regularização neoliberal, levado a cabo pela administração menemista. Para o autor, tal magnitude expressa a outra face da derrota da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, representa a possibilidade de conciliar os distintos interesses das frações burguesas domésticas e exteriores. O processo de concessão e privatização das estatais (telefonias, transporte aéreo, marítimo, correios, telégrafos, carvoaria, água, gás, eletricidade, metrô, aço, concessão para exploração petrolífera), iniciado no ano de 1991, serviu como moeda de troca para a conciliação dos interesses burgueses, pois permitiram às frações burguesas domésticas, aquelas que mais foram afetadas pela abertura comercial internacional, níveis elevadíssimos de rentabilidade que, em muitos casos, permitiram compensar as perdas que tiveram com o fim dos subsídios estatais, das tarifas e cotas de importação e do declínio de diversos contratos com o estado por conta do próprio processo de privatização etc. Nesse sentido, as privatizações operaram como “cimento econômico do novo bloco menemista no poder” (BONNET, 2008, p. 292). Posteriormente voltaremos ao tema das privatizações e sua dinâmica.

A terceira mutação destacada pelo autor é a que ocorre no estado em relação à sua tímida “recuperação” orçamentária e que lhe permitira um melhor posicionamento para implementar o regime de convertibilidade. Portanto, a contração do gasto público, a queda de 60% do déficit não financeiro do governo central, a redução do déficit fiscal enormemente acumulado pelo Banco Central da República Argentina (BCRA) e as compras em dólares que incrementaram suas reservas em 40% deram respaldo à base monetária requerida pelo regime de convertibilidade.

A Lei de Convertibilidade 23.928/91, sancionada pelo Congresso em 27/03/1991, declarou a conversão da moeda (01 peso por 01 dólar) a partir de 01/04/1991, estabelecendo a obrigatoriedade do BCRA vender a quantidade de dólar que lhe fosse requerido de acordo com essa paridade (01 por 01 ) e manter suas reservas

---

que a recessão inspirada em Volcker produzia altas taxas de desemprego (de ao menos 10%). O PATCO, contudo, era mais do que um sindicato comum: era um sindicato de trabalhadores graduados que tinha o caráter de uma associação de profissionais. Era, portanto, um ícone da classe média e não do sindicalismo da classe trabalhadora. O efeito global sobre a condição do trabalho foi dramático – talvez melhor captado pelo fato de o salário mínimo federal, que era paritário ao nível de pobreza em 1980, ter caído para 30% abaixo desse nível por volta de 1990. Iniciou-se assim, com vigor, o longo declínio dos níveis salariais reais” (HARVEY, 2008, p. 34).

disponíveis em ouro e em divisas estrangeiras em um montante equivalente a não menos de 100% da base monetária, que era definida de maneira padrão como a soma da moeda circulante mais os depósitos à vista das entidades financeiras no Banco Central e diversas outras cláusulas. Dessa maneira, o BCRA tornou-se uma espécie de *currency board* (caixa de conversão<sup>20</sup>) *suis generis*, responsável por garantir a convertibilidade.

Funcionando como caixa de conversão, a função do BCRA quase que se resumia a trocar, sem custo e sem demora, moeda nacional (emitida por ele) por moeda estrangeira e vice-versa, a uma taxa fixa, renunciando sua capacidade de criar dinheiro concedendo crédito ao governo e ao sistema bancário. Dessa forma, a criação de dinheiro ficava condicionada ao recebimento de um valor equivalente em moeda estrangeira. Tais renúncias implicavam que daí por diante os déficits fiscais não poderiam superar níveis financiados nos mercados de capitais a uma taxa de juros próxima da taxa de juros dos títulos em dólares. Junto a isso acrescentava a necessidade mandatória do aumento da arrecadação, da redução do gasto estatal, bem como uma sustentada dependência em relação ao financiamento interno e/ou externo, através do endividamento público e venda de ativos públicos. Assim como significava que na condição de credor essencial, o BCRA restringiria sua capacidade proporcionalmente às suas reservas mantidas em título de dívidas (BONNET, 2008; CANAVESE, 2001). Em síntese:

a convertibilidade impôs uma intensa pressão pelo equilíbrio fiscal, que resultou em uma queda do déficit médio de 7,7% do PIB registrado em 1980-90 a uns 2,6 % em 1991-01. Mas isso requer precisão. Essa pressão pelo equilíbrio fiscal inerente a convertibilidade foi, na verdade, um primeiro mecanismo de disciplinamento dos trabalhadores. É conhecido que as políticas anti-inflacionárias inspiradas nas distintas variantes do neoliberalismo invocam a necessidade de suprimir o financiamento inflacionário do déficit fiscal para proceder a ajustes das rendas e gastos públicos, que resultam normalmente em redistribuições regressivas da renda. A especificidade da pressão pelo equilíbrio fiscal inerente à convertibilidade radicou no fato de que a própria pressão que exercia a convertibilidade no sentido de um aumento da produtividade e da competitividade do setor privado impunha, em boa medida, que o ajuste do setor público não se despejasse sobre a rentabilidade dos capitalistas senão sobre os salários dos trabalhadores (BONNET, 2008, p. 322).

Em um regime de convertibilidade, a única fonte para criação de dinheiro era o setor externo, visto que nesse o recurso às desvalorizações competitivas foram suprimidas, o mercado nacional foi aberto sem restrições à competição internacional e os fluxos de capitais e mercadorias no mercado mundial sofrem uma regularização generalizada. Nas condições geradas pela convertibilidade, o capitalismo argentino só

---

<sup>20</sup> Cf. (CANAVESE, 2001).

poderia sobreviver nesse mercado mundial, mediante uma intensa pressão para o incremento da exploração da força de trabalho, o que equivale dizer uma maior produção/extração de mais-valor. Dessa maneira, a competição internacional pressionava os capitalistas a descarregar sobre os ombros da classe operária a responsabilidade de impedir sua falência e sobre os operários a obrigatoriedade de se adequarem, sob forte e profunda ameaça do processo de lumpemproletarização, à acumulação integral, isto é, se submeter à superexploração do trabalho, seja através da extração de mais-valor relativo (aumento da produtividade via organização do trabalho e avanço tecnológico) ou através da extração de mais-valor absoluto (aumento da produção com a extensão da jornada de trabalho).

O processo de privatização levado adiante pela administração menemista representou um importante mecanismo de conciliação dos interesses de diversas frações burguesas, vinculadas ao capital interno e externo, assim como garantiu um sólido apoio que consolidaria o poder político de Menem, pois logo após assumir a presidência em 1989, esse logrou a aprovação no Congresso, sem nenhuma oposição, de um ambicioso programa de privatização que retiraria das mãos do estado e repassaria para as mãos da burguesia as principais empresas estatais, garantido assim a abertura de um mercado altamente promissor, que contava com esferas extremamente privilegiadas, lucros extraordinários e reservas de mercado promovidas e protegidas pela iniciativa estatal.

Uma transferência gigantesca e acelerada de empresas estatais para as mãos da iniciativa privada era uma maneira estratégica do justicialismo, historicamente marcado por uma política de forte intervenção estatal na economia, para obter o tão necessário apoio simultâneo dos grandes grupos econômicos e dos credores externos. Deste modo, “nada melhor para lograr uma mudança radical da imagem do peronismo que entregar parte substantiva do estado ou, mais precisamente, sua porção mais rica – pelas potencialidades que ofereciam – como eram as empresas públicas” (AZPIAZU e SCHORR, 2002, p. 12).

De acordo com as análises de Azpiazu e Schorr (2002), o processo de transferência das empresas estatais ao setor privado comportou e beneficiou uma espécie de “tríplice aliança” composta: a) pelos mais importantes grupos econômicos locais com condições administrativas, forte *lobbying* doméstico e conhecimento sobre a infraestrutura nacional; b) diversos bancos estrangeiros e locais (principais credores da Argentina) que receberam significativos títulos da dívida pública argentina que seriam capitalizados e c) determinadas *empresas transnacionais* detentoras de capacidade de

gestão e experiência tecnológica (operadoras internacionais dos serviços privatizados). A maneira como as regras e pré-condições de participação, nesse privilegiado mercado das privatizações, foram adotadas (delimitação de patrimônio fixo mínimo elevadíssimo) agiu efetivamente como um mecanismo *disparador do processo de concentração e centralização de capital* na Argentina:

na maioria dos processos concluídos no país, o próprio chamado a licitação favoreceu a presença de poucos licitantes; o que se reforçou, na generalidade dos casos, pela coordenação e a capacidade de *lobbying* empresário em torno de suas respectivas ofertas. Isto levou, por um lado, a uma acentuada concentração da propriedade das empresas e das áreas “desestatizadas” em um reduzidíssimo número de grande agentes econômicos. E, por outro lado, a sobrevivência e o reforço de monopólios ou oligopólios legais, com a consequente consolidação de mercados protegidos, em condições regulatórias que asseguram baixos ou nulos riscos empresários e amplas margens de liberdade para a fixação de tarifas derivadas, em substantivo, da funcionalidade das respectivas normativas setoriais em relação com os interesses das firmas [...] (AZPIAZU e SCHORR, 2002, p. 17).

Cabe destacar que após o processo de privatização, a maioria absoluta das empresas dera prosseguimento à política de redução do quadro de funcionários, iniciada pelo estado no período prévio às privatizações. Como exemplo, temos os casos das empresas telefônicas que viram seus quadros reduzidos em 44% desde sua transferência para a iniciativa privada, o sistema de saneamento das águas, que desde o início de suas atividades, privatizadas em 1993, teve seu quadro reduzido em 33%, a empresa petrolífera YPF (*Yacimiento Petroliferos Fiscales*) que demitiu mais de 45 mil trabalhadores, o sistema ferroviário privatizado demitiu aproximadamente 80 mil trabalhadores etc. Sem sombra de dúvidas o processo de privatização também representou um disparador do processo de lumpemproletarização de diversos trabalhadores estatais na Argentina.

O processo de privatização das empresas estatais demonstra, ao contrário do que afirma a ideologia neoliberal, que esse estado é *Máximo* quando se trata de garantir os interesses dos detentores do grande capital (nacional e internacional), para garantir os despojos para as classes auxiliares (burocracia estatal, sindical, judicial e partidária setores da intelectualidade etc.), para reprimir as ações contrárias à sociabilidade capitalista, assim como é *mínimo* na garantia e proteção dos interesses imediatos das classes exploradas (proletariado, lumpemproletariado etc.), pois sua dinâmica caracterizou-se, nitidamente, pela construção de condições extremamente privilegiadas para a acumulação de capital, pela inexistência de riscos no “investimento”, pela concentração de capital nas mãos de um minúsculo, porém poderoso grupo empresarial, pelo total descompromisso com a qualidade do serviço que passara a oferecer à

sociedade, pelo aumento contínuo das tarifas de seus serviços, pelos subsídios estatais fornecidos às empresas privatizadas, por uma ampla lumpemproletarização (marginalização) da força de trabalho, acompanhada da subcontratação e terceirização de um número reduzidíssimo da mesma, bem como de uma maior exploração do trabalho etc.

### **Referências:**

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

AZPIAZU, Daniel e SCHORR, Martín. *Privatizaciones, rentas de privilegio, subordinación estatal y acumulación del capital en Argentina contemporánea*. Em: Rede de Bibliotecas virtuais de Ciências Sociais de América Latina e o Caribe da Rede de Centros Membros do CLACSO, Dezembro de 2002 ([http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/argentina/flacso/no3\\_PrivatizacionesArgentinas9OCTA.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/argentina/flacso/no3_PrivatizacionesArgentinas9OCTA.pdf)) Acessado em: 20/09/2015.

BASUALDO, Eduardo. *Concentración y centralización del capital en la Argentina durante la década del noventa*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes Ediciones, 2002.

BONNET, Alberto. *La hegemonia menemista – el neoconservadurismo en Argentina, 1989-2001*. Buenos Aires: Prometeo, 2008.

BRAGA, Lisandro e VIANA, Nildo. *Pannekoek, marxismo e organização*. Em: BRAGA, Lisandro e VIANA, Nildo (orgs.). *A questão da organização em Anton Pannekoek*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

BRAGA, Lisandro (2016). *Repressão estatal e capital comunicacional – o bloco dominante e a criminalização do movimento piqueteiro na Argentina*. 2016. Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016, 310 p.

CANAVESE, Alfredo. *Convertibilidad en Argentina – funcionamiento de una caja de conversión anclada al dólar*. Jornadas “Relaciones económicas entre la unión europea y el mercosur”. Valência, Espanha, 13 e 14 de junho de 2001.

CARRERA, Nicolás, CAVALLERI, Stella & MURRINI, Marina. *La superpoblación relativa en Argentina actual: un ejercicio de medición*. Publicación del Programa de

Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina – PIMSA, número 13, 2010.

CIEZA, Daniel. *La dimensión laboral del genocidio en la Argentina*. Revista de Estudios Sobre Genocidio. Número 03, novembro de 2009.

\_\_\_\_\_. “*Subversión industrial*” y estigmatización de los sindicalistas en la última dictadura cívico-militar. Exposição para as Jornadas de Carreira de Ciências da Comunicação 2012 “Comunicación y Derechos Humanos” Homenaje a Eduardo Luis Duhalde Facultad de Ciencias Sociales . Universidade de Buenos Aires 31 de outubro, 1 e 2 de noviembre de 2012.

\_\_\_\_\_. *Gran empresa y represión. Antecedentes y consecuencias de la represión en el ámbito laboral durante la última dictadura cívico militar*. Em: [http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2011/10/mesa\\_1/cieza\\_mesa\\_1.pdf](http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2011/10/mesa_1/cieza_mesa_1.pdf) Acessado em: 08/08/2015.

CORNAGLIA, Ricardo. *Riesgo laboral, la otra guerra sucia*. Em: <http://xleysaludlaboral.org.ar/2012/07/licencia-patronal-para-matar-le-monde-julio-04/> Acessado em: 17/09/2015.

HARVEY, David. *O neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HINKELAMMERT, Franz J. *O credo econômico da comissão trilateral*. Em: ASSMANN, Hugo (org.). *A trilateral – nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1979.

MARTICORENA, Clara. *Precariedad laboal y caída salarial – el mercado de trabajo en la Argentina post convertibilidad*. Em: <http://www.aset.org.ar/congresos/7/02008.pdf> Acessado em: 26/08/2015.

MINUJIN, Alberto & ANGUIA, Eduardo. *La classe media – seducida y abandonada*. Buenos Aires: Edhasa, 2004.

NEWMAN, Diego Alvarez. *Hegemonía, disciplinamento y control laboral. Estudio sobre el dispositivo de la implicación de la fuerza de trabajo a partir de las tecnologías manageriales de poder*. 2014. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 2014, 292 p.

NOVICK, Marta. *Nuevas tecnologías de gestión y acción sindical – métodos japoneses de producción en la industria argentina*. Estudos do Trabalho. Número 01, janeiro-junho de 1991, Buenos Aires.

PALERMO, Hernán. *Cadenas de oro negro en el esplendor y ocaso de YPF*. Buenos Aires: Anfrópofagia, 2012.

PALOMINO, Héctor. *Los sindicatos en la Argentina contemporánea*. Revista Nueva Sociedad. Número 169, setembro-outubro de 2000.

PANNEKOEK, Anton. *El sindicalismo*. Em: MATTICK Paul et al. *Los consejos obreros y la cuestión sindical*. Madrid: Castellote, 1977.

SIDICARO, Ricardo. *Los tres peronismos – Estado e poder econômico*. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores, 2010.

SILVER, Beverly. *Forças do trabalho – movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SOLANAS, Pino. *La próxima estación – reconstruir el tren para todos*. Buenos Aires, 2008. 1 dvd de vídeo (115 min.).

SOUZA, Davisson. *Sindicalismo e desempregados: um estudo comparativo das centrais sindicais do Brasil e Argentina (1990-2002)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

SVAMPA, Maristella. *La sociedad excluyente – la Argentina bajo el signo del neoliberalismo*. Buenos Aires: Taurus, 2010.

VIANA, Nildo. *Estado, democracia e cidadania – a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

\_\_\_\_\_. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Ideias e letras, 2009.

\_\_\_\_\_. *Anton Pannekoek e a questão sindical*. Em: BRAGA, Lisandro e VIANA, Nildo(orgs.). *A questão da organização em Anton Pannekoek*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

\_\_\_\_\_. *A teoria das classes sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookess, 2012.



**Resumo:** O estado neoliberal busca fundamentalmente tornar regular as relações sociais exigidas pelo regime de acumulação integral, e para isso toma uma série de medidas: as medidas de regularização neoliberal. A maneira como tais medidas foram tomadas tornou a Argentina uma espécie de *aluno exemplar* do neoliberalismo, pois sua eficácia foi extraordinária no que se trata de: imensas privatizações acompanhadas de demissão em massa, destruição da produção industrial nacional, abandono estatal absoluto das políticas sociais, estatização das dívidas empresariais privadas, liberdades econômicas irrestritas para o capital internacional e frações do capital nacional, concentração e centralização extraordinária de capital, intenso processo de lumpemproletarização, retirada de direitos sociais, aprovação de leis e medidas de precarização e intensificação do trabalho, mais-violência no trabalho (doenças físicas e psíquicas) regularização do subemprego e do trabalho precário, controle social e militarização dos bairros pobres, criminalização da pobreza e da contestação social, repressão estatal etc.

**Palavras-chave:** Acumulação integral, neoliberalismo subordinado, formas de regularização social, privatizações.

**Abstract:** The neoliberal state seeks fundamentally to regulate the social relations demanded by the regime of integral accumulation, and for this it takes a series of measures: the measures of neoliberal regularization. The way in which these measures were taken made Argentina a kind of exemplary student of neoliberalism, since its effectiveness was extraordinary in the case of: immense privatizations accompanied by mass dismissal, destruction of national industrial production, absolute state abandonment of social policies, Privatization of private business debts, unrestricted economic freedoms for international capital and fractions of national capital, concentration and extraordinary centralization of capital, intense lump-proletarianization, withdrawal of social rights, approval of laws and measures of precariousness and intensification of labor, Violence at work (physical and mental illnesses), regularization of underemployment and precarious work, social control and militarization of poor neighborhoods, criminalization of poverty and social contestation, state repression, etc.

**Key-words:** Integral accumulation, subordinate neoliberalism, forms of social regularization, privatizations.